

Electra PCH Buriti
SPE S/A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Electra PCH Buriti SPE S/A
Sapezal – Mato Grosso

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Electra PCH Buriti SPE S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Electra PCH Buriti SPE S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento da receita

Veja as Notas 1, 6a e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia recebeu a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, sendo a energia elétrica gerada e comercializada por meio de contrato de longo prazo. A potência instalada da usina geradora de energia é de 10 MW e toda a receita da Companhia é proveniente da venda dessa geração de energia.</p> <p>As vendas estão relacionadas com um contrato de longo prazo que envolve atenção significativa do auditor, dada a importância do assunto para o entendimento das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por sua vez o reconhecimento da receita é realizado quando há o fornecimento de energia elétrica e a receita é mensurada com base na energia comercializada e nos preços especificadas nos termos do contrato.</p> <p>Em função do exposto acima e dos processos que suportam o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros;- Inspeção documental para a população completa das transações de vendas ao longo do exercício, realizando a análise dos comprovantes de liquidação financeira e confronto com o respectivo contrato de venda de energia para avaliar se representavam receitas incorridas;- Recálculo da receita com base nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos através dos relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e,- Análise das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, juntamente com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pela CCEE. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e o reconhecimento da receita aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

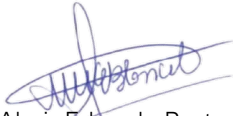
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Electra PCH Buriti SPE S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	608	2.055	Fornecedores e outras contas a pagar		136	46
Contas a receber de clientes	9	1.304	1.327	Debêntures	12	6.468	2.156
Despesas antecipadas		95	78	Benefícios a empregados		23	21
Total do ativo circulante		2.007	3.460	IR/CS a recolher		5	159
Outros investimentos	10	1.734	2.808	Obrigações tributárias		253	232
Imobilizado	11	47.134	47.822	Total do passivo circulante		6.885	2.613
Total do ativo não circulante		48.868	50.630	Debêntures	12	74.421	73.155
				Total do passivo não circulante		74.421	73.155
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	14		
				Capital social		55.881	55.881
				Prejuízos acumulados		(86.312)	(77.560)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(30.431)	(21.679)
Total do ativo		50.876	54.090	Total do passivo e patrimônio líquido		50.876	54.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita	15	13.518	15.473
Custo das vendas	16	<u>(5.915)</u>	<u>(5.141)</u>
Lucro bruto		<u>7.604</u>	<u>10.332</u>
Despesas administrativas e de vendas	16	<u>(1.343)</u>	<u>(1.176)</u>
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>6.260</u>	<u>9.156</u>
Receitas financeiras	17	428	1.185
Despesas financeiras	17	<u>(14.519)</u>	<u>(9.559)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(14.091)</u>	<u>(8.374)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(7.831)</u>	<u>782</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(923)</u>	<u>(511)</u>
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		<u>(8.754)</u>	<u>271</u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,1566)	0,0049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	<u>(8.754)</u>	<u>271</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(8.754)</u></u>	<u><u>271</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>			
	Nota	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020		55.881	(77.830)	(21.950)
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>271</u>	<u>271</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>55.881</u>	<u>(77.558)</u>	<u>(21.679)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(8.754)</u>	<u>(8.754)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u><u>55.881</u></u>	<u><u>(86.312)</u></u>	<u><u>(30.431)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(8.754)	271
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social	18	923	511
Depreciação	11	1.190	1.172
Juros sobre debêntures	12	14.163	9.613
		<u>7.522</u>	<u>11.567</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		23	(11)
Despesas antecipadas		(16)	291
Fornecedores e outras contas a pagar		86	(644)
Benefícios a empregados		1	10
Obrigações tributária		(133)	74
		<u>7.483</u>	<u>11.286</u>
Caixa gerado das atividades operacionais			
Impostos pagos		(1.727)	(531)
Juros pagos	12	(6.095)	(5.909)
		<u>(339)</u>	<u>4.846</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Recursos em aplicações financeiras restritas		1.074	(1.148)
Resgate de aplicações financeiras		810	-
Aquisição de imobilizado	11	(502)	(357)
		<u>1.382</u>	<u>(1.505)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento do principal de debêntures	12	(2.490)	(2.369)
		<u>(2.490)</u>	<u>(2.369)</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento			
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.447)	972
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	<u>2.055</u>	<u>1.083</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>608</u>	<u>2.055</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Electra PCH Buriti SPE S/A (“Buriti” ou “Companhia”), com sede em Sapezal – MT na Gleba Caetetu-Papagaio, SN, foi constituída em 4 de julho de 2001 e tem como objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A potência instalada é de 10 MW.

A Buriti recebeu originariamente a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica em 30 de maio de 2000, na modalidade de Pequena Central Elétrica (PCH), com validade por 30 anos a partir do início das operações. A usina entrou em operação em 2018.

Conforme artigo 10 da Resolução Normativa 921/2021 da ANEEL, ao final do prazo da autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, exceto as reposições, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

A Companhia está enquadrada nos critérios do Decreto 9.158 de 2017, que determina em seu Art. 1º, que as outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e inferior ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) que não tenham sido prorrogadas anteriormente, que estavam em vigor em 18 de novembro de 2016 e cujo empreendimento se encontre em operação poderão ser prorrogadas uma vez por meio de requerimento, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e deste Decreto.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 86.312 (R\$ 77.560 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo de R\$ 30.431 (R\$ 21.679 em 2020). O patrimônio líquido negativo decorre dos históricos de prejuízos ocorridos ao longo dos anos de construção do empreendimento. A usina entrou em operação em 2018, e vem apresentando, desde então, resultados positivos até 2020. Em 2021 obteve um prejuízo de R\$ 8.754 devido a crise hídrica enfrentada pelo país no ano em questão. Com a melhora dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN ao final de 2021 e a previsão das chuvas e final da crise hídrica para 2022, a Companhia voltou a apresentar uma melhora no fluxo de caixa operacional, não identificando assim, nenhum risco de liquidez.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em que pese o incessante combate à nível mundial e o início da vacinação da população, ainda permanece um certo grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Companhia continua adotando diversas medidas de prevenção para preservar a saúde de seus colaboradores e parceiros, bem como a saúde do negócio.

A Companhia entende que o impacto em suas projeções seja menor tendo em vista sua atuação no segmento de energia, o qual é considerado uma atividade essencial. A Companhia possui contratos de fornecimento de energia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, cujos montantes de energia não podem ser revistos de forma unilateral pela contratante. Em relação à parcela comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL, até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, não houve qualquer sinalização pelo cliente com relação a revisão deste contrato e/ ou ajustes de prazos de pagamento.

A Companhia entende que o uso pressuposto da continuidade operacional na elaboração das suas demonstrações financeiras é adequado. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando esse pressuposto.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

A Administração entende que dispõe de todos os elementos necessários para que estas demonstrações financeiras sejam preparadas, assim como de fato foram, com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2022.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas em notas explicativas específicas.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - determinação da vida útil, valor residual e análise de *impairment* dos ativos imobilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais práticas contábeis

O Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receitas

A Companhia atua na geração e comercialização de energia elétrica. A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida e/ ou a receber. De forma geral a Companhia reconhece a receita originada quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (i) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade;
- (ii) A entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos;
- (iii) O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- (iv) É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- (v) Os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação podem ser mensurados de forma confiável.

As receitas provenientes das vendas da geração de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado.

b. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Companhia tenha uma obrigação presente legal ou

construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Companhia compreendem:

- Receita de aplicação financeira;
- Descontos obtidos; e
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Para o ano de 2021 e 2020 a Companhia foi tributada pelo lucro presumido. O imposto de renda do exercício é calculado com a presunção de lucro na alíquota de 8% e a contribuição social 12%. Para o imposto de renda a alíquota sobre o lucro tributável é de 15%, acrescida do adicional de imposto de renda de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 para o trimestre. Para a contribuição social a alíquota sobre o lucro tributável é de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Reservatório, barragem e adutora	50 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	30 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo custo da operação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira

g. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	608	257
Aplicações financeiras (i)	-	1.798
	608	2.055

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósitos Bancários (CDBs), com vencimento inferior a três meses e com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data, remunerados a taxas de 99% em 31 de dezembro 2020 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

9 Contas a receber de clientes

	Nota	2021	2020
Contas a receber de clientes	(i)	1.304	1.327
		1.304	1.327

- (i) Venda de energia cujo vencimento dos recebíveis ocorre no mês subsequente ao mês da comercialização. A Companhia possui histórico zero de inadimplência em seus recebíveis. Por esta razão, a administração entende não ser necessária a constituição provisão para perda esperada de créditos com clientes.

10 Outros investimentos

	Nota	2021	2020
Aplicações financeiras restritas	(i)	1.734	1.705
Cotas de participação em FIDC	(ii)	-	1.103
		1.734	2.808

- (i) Títulos de CDB indexados ao CDI, remunerados a taxas de 99% ao ano. Refere-se à aplicações financeiras que não possuem característica de liquidez imediata pois está oferecida em garantias até a liquidação total das debêntures tomadas pela Companhia. Por esse motivo, não se enquadram como “equivalente de caixa”.

Refere-se a 18 cotas subordinadas de participação no Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) “Electra PCH Buriti”, constituído para emissão das debêntures realizado pela Companhia conforme nota explicativa 12, com vencimento previsto em 15 de maio de 2034. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as cotas de participação em Fundos foram integralmente resgatadas. Vide nota explicativa 12 referente as deliberações da assembleia geral dos debenturistas.

11 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil

	Taxa de depr %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total líquido	
				2021	2020
Terrenos	-	500	-	500	500
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 3%	14.807	(1.030)	13.777	14.247
Obras civis	2% a 4%	22.370	(1.523)	20.847	21.317
Máquinas e equipamentos	2% a 17%	13.385	(1.435)	11.950	11.987
Móveis e utensílios	6%	89	(29)	60	64
		<u>51.152</u>	<u>(4.017)</u>	<u>47.134</u>	<u>47.822</u>

b. Movimentação do exercício

	2020	Adição	Transferência	Depreciação	2021
Terrenos	500	-	-	-	500
Reservatórios, barragens e adutoras	13.954	119	-	(295)	13.777
Obras civis	21.317	-	-	(471)	20.847
Máquinas e equipamentos	11.987	382	-	(419)	11.950
Móveis e utensílios	64	1	-	(65)	60
	<u>47.822</u>	<u>502</u>	<u>-</u>	<u>(1.190)</u>	<u>47.134</u>
	2019	Adição	Transferência	Depreciação	2020
Terrenos	500	-	-	-	500
Reservatórios, barragens e adutoras	14.247	-	-	(294)	13.954
Obra civis	21.586	249	-	(470)	21.317
Máquinas e equipamentos	12.264	78	-	(404)	11.987
Móveis e utensílios	39	30	-	(4)	64
	<u>48.636</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>1.172</u>	<u>47.822</u>

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado registrado na Electra PCH Buriti SPE S/A poderia apresentar problemas de *impairment*.

12 Debêntures

Em 2019, a Companhia captou recursos no mercado de capital através da emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 80.000 debêntures, em 3 (três) séries, com valor unitário de R\$ 1 (um mil). A 1ª e 2ª séries foram totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor total de R\$ 77.000, com vencimento final em 15 de abril de 2034, à taxa variável de IPCA mais 7,95% ao ano.

Em 18 de janeiro de 2021 com base na deliberação e aprovação do segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, em razão da não colocação das Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$ 3.000, esta série foi cancelada, passando assim a Emissão ser composta por apenas duas séries.

Em 15 de dezembro de 2021 em ata de assembleia dos debenturistas ficou definido que o vencimento das debêntures da primeira e segunda séries passa a ser 17 de novembro de 2036. As partes também decidiram que haverá uma carência no pagamento da amortização ordinária das debêntures da primeira e segunda série até maio de 2022.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

No decorrer do exercício de 2021 e 2020, as movimentações das debêntures são assim demonstradas:

	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.976</u>
Juros provisionados	9.613
Pagamento de principal	(2.369)
Juros pagos	(5.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>75.311</u>
Juros provisionados	14.163
Pagamento de principal	(2.490)
Juros pagos	(6.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>80.889</u>
Circulante	6.468
Não circulante	<u>74.421</u>

Garantias

As debêntures estão garantidas por: fiança prestada pelos acionistas da Electra PCH Buriti SPE S/A; alienação fiduciária das ações da Companhia detidas por seus acionistas e penhor do direito creditório referente a autorização expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em favor da Companhia; e, aplicação financeira restrita (nota explicativa 10).

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

O contrato de debêntures mantido pela Companhia contém cláusulas usuais de compromissos (“covenants”), relacionados a aspectos administrativos e operacionais, sendo os principais:

- Alteração ou transferência do controle acionário da Companhia sem prévia autorização dos debenturistas;
- Descumprimento de qualquer decisão judicial final;
- Redução do capital social da Companhia, exceto para (i) absorção de prejuízos acumulados ou (ii) redução do valor máximo de R\$ 61.000 no prazo de até 120 dias a contar da data do registro da escritura de emissão de debêntures (conforme realizado pela Companhia – vide nota explicativa 14);
- Alteração do objeto social da Companhia; e,
- Distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, caso a dívida líquida esteja 2 (duas) vezes o EBITDA da Companhia, exceto caso o caixa total da Companhia no mês anterior a distribuição ou pagamento tenha sido superior a R\$ 2.000.

Adicionalmente, este contrato contém covenants financeiros que estabelecem que ao final de cada exercício a dívida líquida não pode exceder 7,5 (sete vírgula cinco) vezes o EBITDA da Companhia, caso contrário, a dívida torna-se imediatamente vencida. Existe também o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), o qual deve ser apurado trimestralmente, pela Companhia, nos dias 15 de outubro, 15 de janeiro, 15 de abril e 15 de julho de todos os anos até a liquidação das debêntures. O não atingimento do ICSD por dois trimestre consecutivos a dívida torna-se imediatamente vencida.

Em 15 de dezembro de 2021 em ata de assembleia geral dos debenturistas em razão do rebaixamento do rating da Emissão para “BBB-(bra)”, conforme relatório emitido pela Fitch Ratings em 16 de julho de 2021, nos termos da alínea “o” da Cláusula 4.20.3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Electra PCH Buriti SPE S.A (“Escritura de Emissão”), houve a deliberação de não declaração de vencimento antecipado das Debêntures mediante as sanções a serem cumpridas pela Emissora, sendo: i) realizar amortização extraordinária obrigatória das Debêntures da Segunda Série, até 30 abril de 2022 no montante de R\$ 5.750; ii) a exclusão da mecânica de “cash sweep” para amortização extraordinária das Debêntures da Segunda Série; iii) a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de novembro de 2036; iv) alteração no cronograma de amortização das Debêntures, incluindo a previsão de carência para pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série até maio de 2022; v) a inclusão de novos recebíveis no Contrato de Cessão Fiduciária; vi) a inclusão de promessa de cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios futuros oriundos da comercialização de energia elétrica produzida pela Emissora; vii) a alteração dos prazos de monitoramento dos índices financeiros; viii) a alteração do parâmetro da escala de classificação de risco de Emissão previsto na cláusula 4.20.3 (o) para determinar que, após 30 de abril de 2022, o rating da Emissão pelas agências de classificação de risco não seja inferior à BBB (bra), sob pena de Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático; ix) a inclusão de cláusula prevendo a concessão de waiver durante o período entre o dia 16 de julho de 2021 até o dia 30 de abril de 2022 para garantir a renúncia irrevogável dos Debenturistas ao direito de declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes do item (o) da Cláusula 4.20.3 da Escritura de Emissão.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelo contrato, de tal forma que as debêntures foram classificadas em linha com o cronograma de liquidação previsto no contrato.

13 Partes relacionadas

(i) Transações comerciais

O saldo de contas a receber de clientes (nota explicativa 9) refere-se a venda de energia à empresa Electra Comercializadora de Energia Ltda. O vencimento dos recebíveis ocorre no mês subsequente ao mês da comercialização da energia.

Durante o exercício de 2021 a Companhia reconheceu receita de venda de energia à empresa Electra Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$ 1.572 (R\$ 6.886 em 2020).

As transações comerciais, são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2021 e 2020 não houve remuneração paga aos Administradores.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Sócios	2021			2020		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Intrepid Investimentos e Participações S.A.	55.322.240	55.322	99%	55.322.240	55.322	99%
Claudio Alves	558.811	559	1%	558.811	559	1%
	<u>55.881.049</u>	<u>55.881</u>	<u>100%</u>	<u>55.881.049</u>	<u>55.881</u>	<u>100%</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Tendo em vista a existência de saldo de prejuízos acumulados, e considerando a finalidade da reserva legal, que seria de somente ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não houve a constituição de reserva legal para os exercícios de 2021 e 2020.

c. Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei, após constituição de reserva legal. Entretanto, conforme nota explicativa 12, a Companhia possui como cláusula em seu contrato de debêntures, a restrição de distribuição de dividendos somente no caso de atendimento de

determinados critérios. Dessa forma, em face do não atendimento, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos.

15 Receitas de vendas

	2021	2020
Receita bruta	14.030	16.059
Impostos sobre vendas	<u>(512)</u>	<u>(586)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>13.518</u></u>	<u><u>15.473</u></u>

16 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Aquisição de energia	3.452	2.755
Serviços de terceiros – usina	1.356	974
Despesas com pessoal	183	185
Depreciação	1.190	1.172
Despesa com manutenção	111	251
Seguros	87	91
Viagens e estadias	14	70
Outros custos e despesas	<u>865</u>	<u>819</u>
	<u><u>7.258</u></u>	<u><u>6.317</u></u>
Custo das vendas	5.915	5.141
Despesas administrativas e de vendas	<u>1.343</u>	<u>1.176</u>
	<u><u>7.258</u></u>	<u><u>6.317</u></u>

17 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	428	1.146
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>40</u>
Total	<u>428</u>	<u>1.185</u>
Juros de debêntures	(14.163)	(9.312)
Outras despesas financeiras	<u>(355)</u>	<u>(247)</u>
Total	<u>(14.519)</u>	<u>(9.559)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(14.091)</u>	<u>(8.374)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Conforme nota explicativa 5 (d), a Companhia foi tributada pelo lucro presumido. O imposto de renda do exercício é calculado com a presunção de lucro na alíquota de 8% e a contribuição social 12%. Para o imposto de renda a alíquota sobre o lucro tributável é de 15%, acrescida do adicional de imposto de renda de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 para o trimestre. Para a contribuição social a alíquota sobre o lucro tributável é de 9%.

A reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita de vendas - nota explicativa 14	14.030	14.030	16.059	16.059
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de presunção	1.122	1.684	1.285	1.927
Receita financeira	1.513	1.513	120	120
Base total de presunção	2.635	3.197	1.405	2.047
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
IRPJ e CSLL correntes	635	288	327	184

19 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil			
		Ativos financeiros a custo	Passivos financeiros a custo	2021	2020
		amortizado	amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	8	608	-	608	2.055
Contas a receber clientes	9	1.304	-	1.304	1.327
Aplicações financeiras restritas	10	1.734	-	1.734	2.808
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(136)	(136)	(46)
Debêntures	12	-	(80.889)	(80.889)	(75.311)
		3.646	(81.025)	(77.379)	(69.167)

b. Gerenciamento dos riscos financeiros e operacionais

O Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalente de caixa

No que tange às instituições financeiras, o Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de reconhecida liquidez.

Contas a receber de clientes

Companhia possui histórico zero de inadimplência em seus recebíveis, além disso, alguns valores de contas a receber refere-se a transações com empresas ligadas. Por estas razões, a administração entende não ser necessária a constituição provisão para perda esperada de crédito para clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do cronograma de aportes e fluxo de caixa é preparada pela Companhia, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	1 - 12	1 - 2	2 - 5	Mais que 5	Valor
	meses	anos	anos	anos	contábil
<i>Passivos financeiros não derivativos</i>					
Fornecedores e outras contas a pagar	136	-	-	-	136
Debêntures	<u>6.468</u>	<u>20.090</u>	<u>30.135</u>	<u>24.196</u>	<u>80.889</u>
	<u>6.604</u>	<u>20.090</u>	<u>30.135</u>	<u>24.196</u>	<u>81.025</u>

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui operação de debêntures que contém cláusula contratual restritiva (covenant). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide as debêntures antes da data indicada na tabela acima. Os pagamentos de juros sobre as debêntures estão atrelados à taxa variável de IPCA mais 7,95% ao ano, e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como taxas de juros — irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado acima, as Debêntures são afetadas pela variação das taxas de IPCA. Nos quadros abaixo são considerados três cenários. O cenário provável considerou o IPCA de 4,81% projetado para o encerramento do próximo exercício. Para o cenário I consideramos um aumento de 25% e para o cenário II aumento de 50%.

			31.12.2021			
Operação (em moeda nacional (R\$))	Indexador	Risco	Valor contábil	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debêntures	IPCA	Alta da taxa	<u>80.889</u>	<u>84.780</u>	<u>85.780</u>	<u>86.729</u>
		%	<u>-</u>	<u>4,81%</u>	<u>6,01%</u>	<u>7,22%</u>
		Impacto no resultado	<u><u></u></u>	<u><u>(3.891)</u></u>	<u><u>(4.861)</u></u>	<u><u>(5.840)</u></u>

Gerenciamento de risco operacionais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações nos diversos ambientes em que opera. A Companhia possui políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

* * *

Claudio Fabiano Alves

Diretor Presidente
CPF 734.911.879-15

Sildney Ramos Bernardino

Contador
CRC 1-PR-047043/O-0